

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE ECONOMIA PORTUGUESA

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

CONFERÊNCIA REALIZADA EM 27, 28 E 29 ABRIL 1983

VOLUME II

Secção II — Aspectos Sociais do Desenvolvimento

Secção III — As Empresas e o Desenvolvimento

A CURVA DE PHILLIPS EM PORTUGAL : PRIMEIROS EN-
SAIOS DE UM MODELO GLOBAL

CARLOS PIMENTA (*)
CONCEIÇÃO SILVA
JOSÉ A. FIGUEIREDO
CARLOS GENS
VICTOR MENDES

R E S U M O

Começa por salientar a importancia da problematica dos salários e a necessidade de se caminhar para o aprofundamento do seu conhecimento na economia portuguesa enquadrado num modelo multidisciplinar que exige uma equipe institucionalizada.

Seguidamente faz uma breve explanação sobre o significado da curva de Phillips, descreve sinteticamente o trabalho realizado pelo grupo de investigação e os resultados mais significativos em torno daquele modelo quando aplicado à realidade nacional e às quatro regiões plano (sua verificação, periodização, instabilidade dos parametros, lineariedade da regressão, ...).

Para finalizar aponta algumas pistas de trabalho que constituem outros tantos temas de investigação: curva de Phillips Profissional, Salários-lider, Salários e Produtividade e influencia da concentração industrial sobre a dinamica salarial.

(*) Relator

Faculdade de Economia da Universidade do Porto

1. Preocupações de um grupo de investigação: a problemática dos salários em Portugal

Esta comunicação visa fazer uma síntese de algumas das conclusões e preocupações do grupo de investigação que na Faculdade de Economia do Porto, embora marginalizado institucionalmente, tem procurado nos últimos dois anos e meio avançar um pouco no estudo das determinantes salariais em Portugal.

Os salários têm constituído, pois, o seu tema central porque são uma categoria económica vital da economia política e da realidade nacional, o seu estudo ainda está numa fase relativamente insipiente e o seu aprofundamento pode constituir matéria de grande vastidão tanto no campo da ciência social que nos ocupa como no lançamento de projectos multidisciplinares.

1.1. Salários: categoria económica central

A força de trabalho é a categoria económica caracterizadora do capitalismo. Só a partir do momento em que as capacidades físicas e intelectuais do homem se ^{autonomizam} como valor de uso exterior a ele, metamorfoseando-se em realidade social concretizada pela sua mercantilização, e se transformam em relação económica dominante é que estamos em capitalismo. O fim deste representa, igualmente, o desaparecimento da mercadoria força de trabalho.

Sendo Portugal um país capitalista no seu passado de mais de um século e no seu presente, apenas abalado transitòriamente pelas transformações do início da Revolução Portuguesa, e representando o salário o preço da força de trabalho pago pelas empresas, a fundamentalidade da categoria em estudo surge com bastante clareza.

Salário para o trabalhador, capital variável para o capitalista, ideologicamente incapaz de o diferenciar da massa global do capital circulante, está presente em todo o processo produtivo. Produzir é criar valor novo e tal é realizar trabalho, utilizar a força de trabalho. Salário e mais-valia são ^{dois complementos} de uma realidade. Salário e lucro são os polos contraditórios que se manifestam quotidianamente na superfície da realidade económica.

Os salários extravasam o económico. "O direito de participar na riqueza pública não está ligado a um trabalho caracterizado, mas à submissão às regras e as leis colectivas, confundindo-se com o

estatuto político e religioso" (Rolle, 8, 227). São uma categoria social no pleno sentido desta palavra. Tem profundas raízes no todo da sociedade, na sua realidade estrutural e super-estrutural. Toda a manifestação social se reflete nos salários. Desde os comportamentos psicológicos às intervenções estatais, desde a saúde aos aparelhos ideológicos.

Realidade profundamente complexa que assumiu no processo político português uma relevância que nunca é de mais realçar, desde o objectivo fascista de aniquilamento da luta reivindicativa dos trabalhadores assalariados até à explosão de aumentos salariais durante os anos de 1974/75, que apenas conseguiram de forma míngua diminuir a taxa de mais-valia, desde o reforço da organização sindical e política até às frequentes políticas de rendimentos e preços aplicados por sucessivos governos.

A realidade portuguesa das últimas décadas é um importante laboratório para dissecar com o bisturi da análise, teórica e empírica, a dinâmica salarial. Contribuir para essa importante tarefa é o nosso objectivo.

1.2. Situação da pesquisa

A imperiosidade do estudo da temática salarial é tanto mais urgente quanto a investigação ainda está numa fase bastante primária. É certo que tem constituído a preocupação de diversos trabalhos realizados, sobretudo depois do 25 de Abril, mas apresentam sempre um carácter parcelar e tem deixado de lado algumas variáveis explicativas fundamentais. Isto para já não falar da frequente insuficiência das teorias económicas subjacentes.

Assim, encontramos trabalhos que tentam quantificar os impactos de emprego, produtividade, qualificação dos trabalhadores, localização industrial, percentagem de mulheres, dimensão dos estabelecimentos, desenvolvimento tecnológico e preços sobre os níveis de salários, as variações de salários ou a repartição do rendimento, ora num corte sincrónico sectorial ou regional, ora diacrónico, para períodos diferentes de estudo para estudo. Insindindo sobre variáveis explicativas inerentes ao tipo de trabalho, a estrutura profissional, e características do local de trabalho, muitos desses estudos têm contribuições inestimáveis para o conhecimento da nossa realidade.

Contudo, ^{como se disse} algumas variáveis estatística e economicamente relevantes para a dinâmica e estrutura salarial foram sistematicamente postas de lado, tais como desemprego, conjuntura e mercado de trabalho, lucros, concentração industrial, envolvimento internacional,

assim como não se explorava a existência de inter-relações entre variações salariais sectoriais/profissionais ou regionais no contexto nacional. Tais lacunas resultavam ora de subestimação teórica de algumas determinantes da relação salarial, ora da difícil descodificação dos conceitos teóricos em variáveis operacionais econometricamente, ora ainda de insuficiências estatísticas e morosidade de construção de indicadores minimamente válidos.

Por outro lado, a crítica das fontes estatísticas disponíveis, que utilizam nomeadamente o conceito de salário em diversos sentidos (ganhos, taxa de salário, remuneração dos assalariados e custo da mão-de-obra), também ainda está bastante insuficiente.

Existem, pois, estudos parcelares sobre as determinantes salariais, realizados por economistas e no quadro estrito da economia política sem que se tivesse avançado nem para a elaboração de um modelo económico global explicativo dos salários, nem para um esforço de multidisciplinaridade capaz de transmitir uma leitura mais integral da realidade salarial em Portugal, nem para a integração destas construções teórico-económicas num modelo da economia portuguesa.

Não estava ao alcance do nosso grupo de investigação avançar de imediato para um projecto tão arrojado. Por isso limitamo-nos a explorar novas variáveis explicativas das variações salariais (ocupamo-nos quase sempre destas e não do próprio nível salarial), particularmente as que são possíveis de enquadrar no que normalmente é designado por Curva de Phillips, na sua versão inicial ou no quadro do seu primeiro tipo de desenvolvimento (modificação das variáveis originais por outras ou introdução de novas variáveis explicativas com manutenção da taxa de variação da taxa de salário nominal como variável explicada).

Contudo estas limitações não nos fazem esquecer a importância de se caminhar para um modelo mais global.

1.3. A interdisciplinaridade rumo a um modelo global

Um modelo económico com a pretensão de abarcar um vasto conjunto de determinantes dos salários poderia ser do tipo

$$(1) \quad "S = v(P, Q, V_{-j}, V_0) + p(C_1, C_2, C_3, C_4) + r(v, p)$$

em que as letras minúsculas designam as funções e as maiúsculas as variáveis quantificáveis. A função v é a função valor, a p a função dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho e r é a interligação entre as componentes da produção e circulação da mercadoria em causa. P e Q são o preço médio e as quantidades das mercadorias de

primeira necessidade consumidas presentemente para garantir a reprodução diária da força de trabalho e do agregado familiar; V_{-j} representa os preços totais das mercadorias consumidas e o tempo de trabalho socialmente necessário utilizados na 'produção' da força de trabalho antes do momento actual e V_0 refere a influência dos factores sociais e políticos que impedem uma redução do valor da força de trabalho ao cabaz de mercadorias. C_1 exprime a força social do capital, C_2 reflete uma amalgama muito variável de factores que podem ser designados por intensidade da acumulação, C_3 mede a importância relativa do 'exercito industrial de reserva' em relação à população activa e C_4 a acção reciproca e global dos três factores anteriormente enunciados" (Pimenta, 6).

Só a partir de um modelo explicativo do nível salarial é possível contruir uma sólida relação^{interpretativa} das variações salariais.

Implementar o estudo de uma tal explicação dos salários exige desde logo a estreita colaboração de economistas e econometristas, que é, talvez, a colaboração multidisciplinar mais imediata. Contudo esta necessita de ser bastante mais alargada quer para conseguir abarcar todos os aspectos inseridos na relação anteriormente explicitada quer para a completar com novas funções de natureza diferente.

Para ilustrar o primeiro aspecto verifique-se que a variável Q é determinada historicamente sob a influência de um conjunto de factores sociológicos, psicológicos e políticos; que V_0 é, por definição, indissociável de componentes políticas, sociológicas e ideológicas; que C_1 reflete um vasto conjunto de componentes sociológicas, institucionais, políticas, ideológicas, todas elas em permanente transformação histórica; que o mesmo se passa com maior ou menor intensidade em relação a todas as restantes variáveis. Cada uma das variáveis explicativas enunciadas são, por sua vez, outras tantas variáveis explicadas, embora frequentemente exteriores ao conteúdo limitado da economia política.

Para exemplificar o segundo aspecto basta recordar que um modelo explicativo dos salários em capitalismo tem que ser capaz de integrar as transformações qualitativas que a história económica e social acarreta ao conteúdo das variáveis e ao seu relacionamento, de forma bastante diferenciada: "Enquanto as variáveis explicativas C_3 e P apresentam uma grande mutabilidade e influenciam a longo prazo as alterações de salários registadas no curto prazo, Q e V_{-j} apresentam uma muito maior estabilidade e C_1 e C_4 são elementos "perturbadores" do jogo das restantes variáveis. Finalmente C_2 e V_0 são estáveis durante

grandes períodos históricos mas podem apresentar grandes alterações em fases de ruptura, sinal de uma modificação da acumulação capitalista, e estas afectam o significado das outras variáveis e relações" (Pimenta, 6)

Basta recordar igualmente a influência do Estado sobre os salários, a projecção da conjuntura política sobre a dinâmica daqueles.

Em síntese, a elaboração de um modelo global explicativo dos salários em Portugal exige o aprofundamento da teoria do valor-trabalho (para o que é frutuoso a multidisciplinaridade entre economistas, topólogos e lógicos), a procura de relações estáveis no económico (para o que é importante o trabalho conjunto de economistas, estatísticos, matemáticos e econometristas) e no social (para o que se torna indispensável o trabalho de sociólogos, psicólogos, políticos, estudiosos das ideologias e a colaboração de linguistas e, eventualmente, cibernéticos). Um vasto trabalho que "deveria começar por se preocupar em preservar e precisar as relações que existem entre os diferentes quadros de análise e, através disso, cobrir a distância que as suas origens instauraram entre eles e que as suas técnicas tendem a reproduzir" (Rolle, 8, 230). Um complexo futuro que sem apoio institucional e vontade colectiva de conhecer a nossa realidade nunca passará de uma quimera.

2. Ensaio parcelares: a curva de Phillips em Portugal

Se nas linhas anteriores já apresentamos sinteticamente as nossas intenções, impõe-se, neste momento, transmitir de uma forma bastante resumida algumas das conclusões já obtidas. Singelas na sua formulação, impondo-se quase pela sua evidência, são, contudo, fruto de um moroso trabalho de compilação de informação, de tratamento teórico e econométrico, de ultrapassagem de múltiplas dificuldades que foram sendo encontradas, e que todos os que têm procurado rasgar novos caminhos certamente conhecem.

Não caberá aqui fazer uma exposição do que é a curva de Phillips, qual o seu significado, qual a sua herança teórica, qual a importância económica e política que apresentou ou apresenta. Para tal bastaria consultar os trabalhos originais (Phillips, 5) (Lipsey, 3) ou o trabalho que nós elaboramos para o IACEP (Pimenta (AAVV), 7). No entanto começaremos este ponto por uma muito breve apresentação, justificada pela reduzida tradição desta problemática em Portugal e pela difusão de algumas confusões, e esquematização de algumas questões de fundo que justificavam ou punham aprioristicamente em causa a sua apli-

cabilidade à realidade nacional.

De seguida apresentaremos alguns dos resultados a que chegamos para o nosso país. Embora o caminho por nós traçado passe pela análise da relação a nível nacional, numa primeira fase, e a sua confirmação/explicitação regional e sectorial/profissional, numa segunda fase, neste momento só estamos em condições de apresentar resultados para o conjunto do país (tomando como amostra os salários de Lisboa e Porto, dada a pequenez das séries de salários para o Continente) e para as regiões-plano.

2.1. A sua aplicação à realidade nacional

Quando falamos de uma curva de Phillips queremos referir, no essencial, uma relação do tipo

$$[2] \quad \dot{W} = f(U) \quad f' < 0$$

em que $\dot{W}$ é a taxa de variação do salário nominal horário e U a taxa de desemprego. Relação que pode significar ou não uma relação de causalidade (isso já é uma questão de interpretação teórica do seu significado, matéria que não abordaremos aqui), é, sem sombra de dúvida, uma relação operacional de importância económica e política. Diversos autores acrescentam-lhe a condição adicional de $f'' > 0$, mas não lhe é condição indispensável, como o demonstra diversos trabalhos recentes para diferentes países, o mesmo acontecendo no caso português.

A esse núcleo inicial vêm sendo acrescentadas outras variáveis, esforço que se iniciou com os próprios trabalhos de Phillips e Lipsey, optando-se por relações do tipo

$$[3] \quad \dot{W} = f(U, M) \quad f'_1 < 0$$

em que M designa outras variáveis. A primeira concretização dada foi a de taxa de variação da taxa de desemprego, logo seguida pela taxa de variação dos preços, como se encontra nos trabalhos originais. Posteriormente diversos autores introduziram outras variáveis, indicadoras do lucro, da produtividade, da sindicalização, do salário mínimo nacional, etc.

Esta transformação foi acompanhada por uma outra que poderíamos representar por

[4]

$$\dot{W} = f(g(T_1, \dots, T_i), M)$$

em que $U=g(T_1, \dots, T_i)$. Assim a taxa de desemprego é substituída pela utilização simultânea da taxa de desemprego e da taxa de postos de trabalho disponíveis, ou so por esta, pela oferta e procura no mercado de trabalho, pelos índices de produção industrial ou outros indicadores de conjuntura, etc. Note-se, de passagem, que a introdução do lucro ou da produtividade é muitas vezes interpretado também neste sentido.

Em todos os casos a curva de Phillips é originariamente considerada como uma relação de médio ou longo prazo, no sentido que exprime de uma forma duradoura um mecanismo de ajustamento entre variáveis em mutação microtemporal, considerando como um dado o quadro social envolvente.

Antes de tecermos algumas considerações sobre os seus pressupostos de base e aplicabilidade a Portugal conviria explicitar que a não referência às expectativas de preços e a manutenção de $\dot{W}$ como variável explicada foi prepositada. Com efeito, consideramos que, independentemente de qualquer apreciação crítica que não caberá aqui expressar, chamar curva de Phillips a uma relação em que a variável explicada é a taxa de variação de preços é, no mínimo, um abuso de linguagem mistificadora da relação em causa. As expectativas são uma transformação a caminho da anteriormente referida, modificando abusivamente comportamentos objectivos em subjectivos, alterando desfasamentos temporais na reacção das variáveis.

Explicitemos agora alguns dos pressupostos subjacentes à curva de Phillips:

a) A curva de Phillips visa a análise de um aspecto de uma sociedade em que a força de trabalho é uma mercadoria. Tal facto impõe a precaução de não tomar a árvore pela floresta, heregindo a referida relação o elemento fundamental da sociedade e da política, e a consciência de que está confinada as fronteiras geográfico-social-históricas do capitalismo.

b) Pressupõe a capacidade dos agentes económicos na sua actuação multifacetada repercutirem os desequilíbrios no mercado de trabalho, exige a liberdade de actuação, entendida tanto em termos de regime político-social vigente como de ausência de políticas económicas castradoras da iniciativa das classes sociais em confronto na negociação salarial.

c) Exige também, segundo alguns autores, a possibilidade do mercado de trabalho reflectir as pulsações do movimento conjuntural,

isto é, uma articulação entre a situação global da economia e as tensões no mercado de trabalho.

d) A verificação da curva de Phillips para um determinado período exige uma estabilidade relativa da estrutura económica global.

Ora, do afirmado anteriormente, é fácil concluir a simultanea coexistencia de factores que permitirão explicar a verificação da curva de Phillips em Portugal (imanescentes à existência de relações de produção capitalistas) e de outros que podem funcionar como entraves (ausência de liberdades durante o fascismo, fugas aos caudais do mercado de trabalho - emigração e guerra colonial - que colocaram o desemprego em níveis estacionários durante muito tempo, Revolução Portuguesa, políticas de rendimentos e preços). Só a análise cuidada da economia portuguesa ao longo da sua história (antes da consolidação do fascismo, durante a sua vigência até meados da década de 60, desde então até aos nossos dias, com frequentes rupturas) alicerçada em estudos qualitativos (como o do mercado de trabalho) e quantitativos globais, sectoriais/profissionais e regionais permitirá dar uma resposta definitiva às interrogações levantadas" (Pimenta (AAVV), 7).

Apresentamos de seguida alguns resultados para um período recente.

2.2. Ensaio econométricos nacionais

O período de análise é relativamente curto e tivemos que recorrer frequentemente a indicadores indirectos devido à falta de dados estatísticos. Estas limitações impõem uma grande precaução na leitura dos resultados e na extracção de conclusões.

Contudo, "numa síntese final das conclusões entretanto obtidas, poderíamos arriscar que os salários em Portugal manifestam sensibilidade às tensões no mercado de trabalho - como o pretendem o modelo de Phillips-Lipsey, no seu aspecto essencial. (Oliveira (AAVV) 4)

Para ilustrar esta afirmação poderemos referir os seguintes resultados econométricos:

(1) Lisboa (1962/80)

$$\begin{array}{l}
 [5] \quad \dot{w}_t^A = 1,315 + 0,637 \dot{p}_{t-5}^A + 0,597 \dot{i}_{t-12}^A + e_t \\
 \quad \quad (0,627) \quad (4,490) \quad (2,733) \\
 \quad n=19 \quad R^2=0,649 \quad F=14,788 \quad DW=1,75
 \end{array}$$

(2) Porto (1962/80)

$$[6] \quad \dot{W}_t^A = 2,307 + 0,634 \dot{P}_{t-5}^A + 0,574 \dot{I}_{t-12}^A + e_t$$

(0,906) (3,785) (1,986)

n=19 R²=0,569 F=10,563 DW=1,34

em que $\dot{W}$ são as taxas de variação dos índices de salários, $\dot{P}$ são as taxas de variação dos índices de preços do consumidor (da respectiva cidade até 1978 e do Continente para os restantes) e $\dot{I}$ são as taxas de variação dos índices de produção industrial constante de publicação retrospectiva do CEP e das informações do INE, tratando-se sempre de taxas centradas. O indicador A significa que a taxa de um período tomou como elemento de comparação o valor homologado do ano anterior. Tratando-se de ensaios anuais tomaram-se os valores referentes aos meses de Dezembro.

A utilização dos índices de produção industrial resultam da inexistência de indicadores no mercado de trabalho antes de 1968 e a adopção de um desfasamento de 12 meses, o que apresenta melhores resultados, é consistente com a hipótese de as variações conjunturais no mercado de produtos reflectir-se primeiramente no mercado interno de trabalho (ao nível de cada empresa) e só posteriormente no mercado externo e, consequentemente, no desemprego e tensão no mercado.

(3) Lisboa (1968/79)

$$[7] \quad \dot{W}_t^A = 3,363 + 0,929 \dot{P}_t^A - 0,175 (\text{DENS/OENS})_t + e_t$$

(1,218) (4,063) (-2,934)

n=12 R²=0,65 F=8,37 DW=1,77

(4) Porto (1968/79)

$$[8] \quad \dot{W}_t^A = 1,308 + 1,422 \dot{P}_t^A - 0,360 (\text{DENS/OENS})_t + e_t$$

(0,405) (5,226) (-4,379)

n=12 R²=0,76 F=14,38 DW=2,40

em que DENS e OENS são a procura e oferta de emprego não satisfeitas no fim do período. Nestas duas regressões $\dot{W}$ e $\dot{P}$ têm um significado ligeiramente diferente: começou-se por calcular médias aritméticas anuais dos índices de salários e de preços do consumidor e as taxas de variação foram reportadas ao valor médio anual precedente.

Todas estas regressões apresentam sinais correctos, poder explicativo das diversas variáveis, com realce para a variação de preços, e, sobretudo, notória sensibilidade da dinâmica salarial à situação no mercado de trabalho. Tais resultados positivos não podem fazer esquecer algumas debilidades, tais como os reduzidos valores

amostrais de t de alguns parametros ou, por exemplo, o facto de uma forte proporção da variação de $\dot{W}^A$ nos dois primeiros ensaios não serem explicados pelas variáveis $\dot{P}^A$ e $\dot{I}^A$.

Os ensaios com os quatro valores disponíveis para cada ano não apresentam resultados satisfatórios. Em quase todas as situações a não-linearidade das regressões não melhora os resultados.

Estes resultados não devem ser desligados dos três seguintes aspectos:

- . grande variabilidade de resultados conforme os periodos;
- . diferenças notórias de comportamento salarial em Lisboa e Porto;
- . sensibilidade às variáveis explicativas utilizadas.

Os ensaios realizados apontam para a conveniência de subdividir o periodo de 1962/80 em tres subperiodos: 1962/67, 1968/73 e 1974/80, o que coincide com uma periodização frequentemente apontada nacional e internacionalmente, referenciada por modificações na acumulação capitalista e por alterações políticas nacionais. Atendendo à influência de $\dot{P}$ verificamos que no primeiro período surge como a variável mais relevante, no segundo o período de resposta das variações salariais alarga e que no terceiro o seu parâmetro não é significativamente diferente de zero ou apresenta sinal negativo. O primeiro período é sensível à utilização da emigração como variável indicativa da situação no mercado de trabalho, enquanto o segundo não o é. Quer este quer o seguinte têm as variações salariais sensíveis às tensões no mercado de trabalho (tendo melhores resultados se não se excluir o ano de 1974). Tal evolução careceria de uma análise cuidada, quer ao nível do processo económico quer político. As alterações na contratação colectiva, a existência ou não de políticas de rendimentos e a alteração da composição da emigração podem ser factores influenciadores dos resultados referidos.

Como exemplos de comportamento diferente dos salários nas cidades de Lisboa e Porto poder-se-a referir, para além dos diferentes valores dos parametros, o maior desfasamento temporal entre as variações de preços e salários no Porto para o primeiro período, acompanhado de uma muito maior sensibilidade aos fluxos emigratórios. Além disso para 1968/73 é a cidade do Porto que surge como mais sensível as tensões no mercado de trabalho (DENS/OENS) enquanto que em 1974/80 é em Lisboa que os salários reagem melhor ao mercado de trabalho. Resultados que exigem um estudo mais completo para permitir tirar conclusões.

Se do anteriormente dito já se podem tirar conclusões sobre a sensibilidade das regressões às variáveis utilizadas, convirá referir

ainda que os resultados são francamente melhores quando se utiliza (DENS/OENS) em vez de U, taxa de desemprego. Situação não exclusiva para Portugal, tal facto também podera ter que ver com as divergências estatísticas do INE em relação MT.

Todas estas instabilidades remetem para uma análise mais fina da curva de Phillips, para um seu estudo a maiores níveis de desagregação.

2.3. Ensaio econométricos regionais

O ensaio da curva de Phillips por regiões colocava à partida a questão de saber se existem ou não mercados regionais da força de trabalho e, no caso afirmativo, quais as suas fronteiras. Tal aspecto exigiria um estudo qualitativo e quantitativo que não fizemos. Seguindo a divisão regional proposta para o modelo REGIS, tomamos quatro regiões: Norte que engloba os cinco distritos ao norte do Douro; Centro que engloba os distritos entre Douro e Tejo, com excepção de Santarém; Lisboa que engloba este mesmo distrito e os de Santarém e Setúbal e, finalmente, Sul que contem todos os restantes distritos do Continente. A disponibilidade estatística levou-nos a utilizar taxas de variação anual das remunerações na industria transformadora, tomando como fonte as Estatísticas das Sociedades.

Os resultados obtidos confirmam o funcionamento das relações definidas por Phillips-Lipsey nas diversas regiões e os parâmetros, das variáveis explicativas, apesar de diferentes, situam-se em valores relativamente próximos. Em todos os casos a regressão linear foi a que apresentou melhores resultados.

Assim, para o período 1968/78 temos:

Norte

$$[9] \quad \dot{R}_t^A = 3,34 + 1,59 \dot{P}_t^{MA} - 0,25 (DENS/OENS)_t^{MA} + e_t$$

(0,57) (3,45) (-2,12)

n=11 $R^2=0,60$ $F=5,97$ $DW=1,35$

Centro

$$[10] \quad \dot{R}_t^A = 7,44 + 1,19 \dot{P}_t^{MA} - 0,35 (DENS/OENS)_t^{MA} + e_t$$

(2,15) (4,34) (-2,30)

n=11 $R^2=0,70$ $F=9,52$ $DW=2,10$

Lisboa

$$[14] \quad \dot{R}_t^A = 2,09 + 1,59 \dot{P}_t^{MA} - 0,37 (\text{DENS/OENS})_t^{MA} + e_t$$

(0,88) (8,97) (-5,95)

n=11 $R^2=0,91$ $F=40,59$ $DW=2,11$

Sul

$$[15] \quad \dot{R}_t^A = 2,73 + 1,79 \dot{P}_t^{MA} - 0,36 (\text{DENS/OENS})_t^{MA} + e_t$$

(0,64) (4,78) (-2,58)

n=11 $R^2=0,75$ $F=12,16$ $DW=2,50$

com $\dot{P}_t^{MA}$ a exprimir a taxa de variação anual no ano t partindo das médias aritméticas dos valores mensais do ano t e do ano anterior e com $(\text{DENS/OENS})_t^{MA}$ expressando o rácio das procuras e ofertas de emprego no ano t, anualizado pela média aritmética dos valores em fim de trimestre.

Apenas a região Norte apresenta um valor amostral de t para o parâmetro da tensão do mercado de trabalho que não é significativamente diferente de zero a um nível de 5%. Também é essa região a que apresenta uma melhoria mais significativa dos resultados com a introdução de três variáveis dummy: D_1 representando a repressão à luta dos trabalhadores no período 1968/73; D_2 expressando a Revolução portuguesa nos anos 1974/75 e D_3 para referir as políticas de rendimentos (tecto salarial) em 1977/78. Todas elas apresentam sinais concordantes com a teoria, facto que não se passa para as restantes regiões:

Norte (1968/78)

$$[16] \quad \dot{R}_t^A = 27,60 + 0,74 \dot{P}_t^{MA} - 0,27 (\text{DENS/OENS})_t^{MA} - 19,65 D_1 +$$

(2,50) (2,03) (-3,26) (-2,15)

$$+ 8,27 D_2 - 13,10 D_3 + e_t$$

(1,49) (-2,81)

n=11 $R^2=0,98$ $F=40,47$ $DW=2,16$

o que parece apontar para uma maior sensibilidade da região norte às alterações da situação política: "Não obstante o carácter necessariamente muito relativo das conclusões a extrair de tais ensaios, parece líquido que a região Norte é aquela em que o mercado de trabalho é mais permeável à conjuntura sendo, ao contrário, a região de Lisboa aquela em que o mercado funciona de modo mais 'independente'. Parece

razoável ligar esta sugestão aos diferentes níveis de organização sindical, aos diferentes tipos de implantação sectorial e, o que não nos parece de forma alguma desprezível, aos diferentes tipos de relação entidade patronal/empregado cuja análise sociológica se nos afigura do maior interesse" (Figueiredo, 2, 9).

Esta análise regional, apesar do seu carácter ainda incompleto, serve para confirmar algumas das conclusões já obtidas a nível nacional, detectar semelhanças de comportamento entre as diversas regiões e começar a vislumbrar diferenças que tanto podem ser fruto de fenómenos regionais como expressão de diferentes perfis industriais.

3. Caminhos imediatos a percorrer

Os resultados anteriormente apresentados têm ainda um carácter muito limitado. Quando chegarmos ao fim das pesquisas que actualmente nos ocupam, chegaremos, provavelmente, a uma apreciação do mesmo tipo. O processo de investigação tanto é colmatar lacunas de conhecimento como rasgar novas perspectivas de trabalho, isto é, insuspeitadas áreas de desconhecimento.

Contudo, não gostaríamos de terminar sem referir muito ligeiramente as actuais matérias de pesquisa que nos ocupam. São elas o estudo das curvas de Phillips profissionais, dos salários-líder numa perspectiva sectorial/profissional e regional, as relações entre salários e produtividade e ainda a influência da concentração industrial.

Vejamos em poucas palavras alguns aspectos referentes a cada uma destas matérias.

a) Curva de Phillips profissional

Diversos estudos realizados noutros países mostraram que a curva de Phillips global para uma economia é uma situação média de comportamentos profissionais/sectoriais muito diferentes, indo desde o seu pleno funcionamento em alguns sectores - para o caso francês os tradicionais, de mão-de-obra intensiva, pouco exigente no nível de qualificação e com baixas produtividades - a sua não verificação noutros. Tais hipóteses têm que ser testadas para o nosso país.

A opção teórica por curva de Phillips profissionais em vez de sectoriais resultaria da admissão de que o traccionamento do mercado de trabalho far-se-ia mais por profissões do que por sectores. A disponibilidade de dados estatísticos no nosso país não nos permitirá ser rigorosos na aceitação de um tal princípio, mesmo da sua confirmação empírica.

b) Salários-líder

Esta problemática é antiga, podendo encontrar fundamentos no

efeito imitação ou no princípio keynésiano da ilusão monetária e da defesa, por cada estrato de trabalhadores, do seu salário real relativo. Algumas explicações "recentes" da inflação pelos custos, assim como a teoria da regulação com o realce que dá à norma social de consumo, atraíram este assunto para a cena política.

Alguns estudos da realidade portuguesa postulam a existência da salários-sectoriais lider, mas em nenhum caso se procurou fundamentar teoricamente a sua existência e, muito menos, testar empiricamente a hipótese. Visamos preencher essa lacuna. Verificar se existem salários-lider e, no caso afirmativo, especificar a sua estrutura de propagação, parâmetros e estabilidade.

Designando por T_i os núcleos impulsadores de variações salariais (entendendo por núcleo indiferentemente sector, profissão, região, empresa), por R_j os núcleos receptores e por I_k os núcleos intermédios de propagação, poderemos dizer que existem salários-lider se se verificar

$$T_1 \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} I_1 \longrightarrow \dots \longrightarrow I_{k_1} \longrightarrow R_1 \\ I_{k_1+1} \longrightarrow \dots \longrightarrow I_{k_2} \longrightarrow R_2 \\ \dots \\ I_{k_d+1} \longrightarrow \dots \longrightarrow I_{k_e} \longrightarrow R_e \end{array} \right.$$

...

$$T_1 \longrightarrow \left\{ \begin{array}{l} I_{k_m+1} \longrightarrow \dots \longrightarrow I_{k_n} \longrightarrow R_n \\ \dots \\ I_{k_j+1} \longrightarrow \dots \longrightarrow I_{k_j} \longrightarrow R_j \end{array} \right.$$

com $(\bigcup_{i=1}^i T_i)$ menos extenso que $(\bigcup_{j=1}^j R_j)$

$$T_i \cap I_k \cap R_j = \emptyset \text{ para cada valor de } i \text{ e todos os valores de } k \text{ e } j$$

admitindo-se a possibilidade de

$$U = ((\bigcup_{i=1}^i T_i) \cup (\bigcup_{k=1}^k I_k) \cup (\bigcup_{j=1}^j R_j)) \neq \emptyset$$

tanto mais significativo quanto menor for i e a extensão de $(\bigcup_{i=1}^i T_i)$.

Como não temos ainda um modelo explicativo da dinâmica sala-

rial sectorial/profissional/regional, começaremos por adoptar um modelo do tipo

$$\dot{w}_t = f(g(D_{t-1})) \quad \text{com } i > 0$$

com D_{t-1} a medir a dispersão dos salários (ou das suas variações) entre nucleos.

c) Salários e produtividade

A relação de causalidade entre produtividade e salários é, há muito, postulada pela teoria económica. Contudo os ensaios econometricos têm pouca capacidade para exprimirem-na, como se deduz do afirmado por (Courbis, 1, 116): "A procura de trabalho pelas empresas resulta, de facto, do confronto entre taxa de salário e produtividade marginal do trabalho; ex-post os salários são iguais à produtividade marginal do trabalho, o que não é verdade senão em equilíbrio: não se poderia pois (...) explicar directamente os salários pela evolução da produtividade média do trabalho. As análises econométricas confirmam-no. A correlação que se pode observar a médio ou longo prazo significa tão simplesmente que os comportamentos e os mecanismos do mercado são tais que se tem aproximativamente uma certa estrutura de custos e de preços - se a parte dos rendimentos não-salariais e dos impostos no valor acrescentado é constante em médio período, a evolução do salário real é em média a mesma que a da produtividade do trabalho e isso quaisquer que sejam os mecanismos de formação dos salários".

Alem disso os poucos estudos realizados para Portugal, utilizando cortes sectoriais ou verificando a evolução temporal, são pouco propícios a confirmar a teoria. Impõe-se aprofundar a problemática.

d) Concentração industrial

Esta variável é extremamente complexa porque é um indicador de múltiplas realidades muito diferenciadas: dimensão da empresa, comportamento empresarial, organização sindical, etc.

A grande dificuldade encontra-se na determinação de indicadores adequados para a medir, já registada num estrito campo teórico e que se agrava assustadoramente no quadro da informação estatística nacional.

Alguns estudos já realizados apontam para a influência da concentração industrial na evolução dos salários da indústria transformadora no nosso país, assim como na explicação das diferenciações inter-sectoriais, não sendo, contudo, muito significativa

tiva. Eis algumas pistas a confirmar.

★

Com a apresentação destas conclusões e rumos de trabalho que nos ocupam no momento presente não visamos tão somente fazer um relato do nosso trabalho, mas sobretudo chamar a atenção para a importância do tema, o vasto campo de investigação que existe e a imperiosidade de um trabalho multidisciplinar institucionalmente apoiado.

A nossa comunicação visa semear algumas esperanças de que esse futuro está ao nosso alcance.

OBRAS CITADAS

- (1) COURBIS, R.
 - "Determination des salaires et competitivité"
 - in *Competitivité et croissance en économie concurrentielle*
 - cap. 3, Paris, Dunod
- (2) FIGUEIREDO, J.A.
 - "Relatório sobre os ensaios econometricos da curva de Phillips regional"
 - Documento interno do GEMOR
- (3) LIPSEY, R.
 - "The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis"
 - Economica*, 1960, p. 1-31
- (4) OLIVEIRA, M (AAVV)
 - "Algumas primeiras apreciações e quantificações sobre a aplicabilidade da curva de Phillips nacional e regional na economia portuguesa"
 - in *A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)*
 - 1983, IACEP, no prelo
- (5) PHILLIPS, A.W.
 - "The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957"
 - Economica*, 1958, p. 283-299
- (6) PIMENTA, C.
 - "Salários e Preços no Seculo XIX em Portugal- Analise Economica"
 - no prelo

(7) PIMENTA, C. (AAVV)

- "Síntese do Significado Económico, Económico e Político da curva de Phillips na sua versão inicial e posteriores desenvolvimentos. Explicitação das suas hipóteses e das condicionantes económico-sociais à sua verificação"
- in A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)
- 1983, IACEP, no prelo

(8) ROLLE, P.

- Introdução à sociologia do trabalho
- 1978, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 299